



CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE OS SEXOS¹

OLIVIO, Maria Cecilia²

RESUMO: A desigualdade entre os sexos é uma determinação geral da ordem do capital. Pretendemos nesta exposição apresentar brevemente a conformação desta desigualdade, a partir da relação social de sexo. A estrutura das relações sociais, no capitalismo, é definida pela forma como está organizado este modo de produção, eminentemente antagônico. Destarte, consideramos que determinações materiais da (re)produção do capital, que estabelecem uma organização social desigual e hierárquica, apresenta particularidades no que se referem às relações entre os sexos e, de outro lado, as lutas pela superação das relações sociais de sexo desiguais devem estar articuladas com a luta pela transformação material das condições que as produzem, qual seja: o modo de produção capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Relação social de sexo, relações sociais de produção, trabalho.

INTRODUÇÃO.

Na peça *El amo del mundo*, escrita em 1927, a poeta argentina Alfonsina Storni (2010), faz a seguinte anotação sobre uma das personagens: “Por ser hombre se cree un poco amo del mundo. La mujer puede ser a su lado el capricho, la distracción y hasta la locura. Pero nunca otro ser de igual limpieza moral”. Ao pensarmos questões sobre as desigualdades existentes entre os sexos, no modo de produção capitalista, não podemos desconsiderar que a construção e manutenção dos homens (enquanto categoria social), hegemonicamente como dominantes, se dão com a participação de todos os sujeitos envolvidos, os homens e as mulheres.

Portanto, ter os homens, de um lado, crendo-se³ um pouco mestres/donos do mundo e colocando as mulheres em posição subalternizada; e as mulheres, de outro lado, crendo-os mestres/donos e também se colocando nesta posição subalternizada⁴, pode incorrer na dificuldade/impossibilidade de que ambas as categorias de sexo se visualizem como sujeitos na (re)produção e manutenção do processo de exploração-dominação das mulheres. Homens

¹ O presente artigo é originário da dissertação da autora, orientada pela Prof^a Dr^a Vania Maria Manfroi e parte inicial de sua pesquisa de doutorado.

² Assistente Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis e estudante de doutorado do PPGSS/UFSC

³ A desigualdade entre os sexos é uma determinação geral da ordem do capital e faz com que todos e todas participem desta conformação, logo, aqui o sentido de “crer-se” homem e “crer-se” mulher não é algo ideal, mas sim dado na materialidade concreta da vida.

⁴ Fato já apontado desde há muito, por Simone de Beauvoir (2009), que identificou a identidade masculina ao mesmo tempo como o positivo e o neutro, o sujeito e a identificação da feminina como o negativo, o outro.



e mulheres, historicamente situados, constroem e (re)produzem as relações sociais de produção.

Os homens e as mulheres são seres sociais que, ao conviverem, estabelecem entre si formas de relacionamento; estas relações sociais, historicamente construídas, vão influenciar na maneira que a sociedade se organiza para produzir social, material, e politicamente, e vão implicar sobre as normas, valores, sentimentos e pensamentos das pessoas (GEHLEN, 1998, p. 426).

A estrutura das relações sociais, no capitalismo, é definida pela forma como está organizado o modo de produção no qual elas estão inseridas, por isso são, nos termos de Marx, relações sociais de produção.

As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a maneira de ganhar a sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais. [...]. Os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com sua produtividade material produzem, também, os princípios, as ideias, as categorias de acordo com as suas relações sociais (MARX, 2009, p. 125 – 126).

As categorias de sexo, portanto, conformam-se nas relações sociais de produção e são a elas intrínsecas e funcionais. Ser homem só pode ser pensado em relação ao ser mulher⁵, e ambos somente a partir de sua (re)produção no e pelo do sistema sociometabólico do capital, ou seja, ser homem trabalhador e ser mulher trabalhadora não é o mesmo que ser mulher e ser homem burguês.

De acordo com Mészáros (2002, p. 781),

As características essenciais que definem todas as possíveis formas do sistema do capital são: a mais elevada extração praticável do trabalho excedente por um poder de controle separado, em um processo de trabalho conduzido com base na subordinação estrutural hierárquica do trabalho aos imperativos materiais da produção orientada para a acumulação – “valor sustentando-se a si mesmo” (MARX) – e para a contínua reprodução ampliada da riqueza acumulada.

Assim, as formas de relacionamentos que se estabelecem entre os diferentes sujeitos e que, por isso mesmo os produzem, só podem ser pensadas, no modo de produção capitalista, a partir da forma hierárquica e fetichizada de controle da atividade produtiva

⁵ “Uma vez que nas nossas sociedades as duas categorias de sexo cobrem a totalidade do campo social, parece lógico que qualquer especificidade de uma se defina apenas em relação com a especificidade da outra, e que uma e outra não possam ser estudadas isoladamente, pelo menos antes de terem sido totalmente conceituadas como elementos de um mesmo sistema estrutural” (MATHIEU, 1991, p. 37).



humana estabelecida para, num movimento constante e sempre crescente, lhe extrair a maior quantidade possível de trabalho excedente⁶.

A RELAÇÃO SOCIAL DE SEXO E O CAPITALISMO.

A partir desta conformação, o sistema capitalista se organiza por uma articulação dinâmica das inúmeras/diversas partes que o compõem/constituem, isto é, um sistema de mediações, e cada mediação é inerentemente contraditória, já que são produzidas dentro da realidade capitalista que é inerentemente contraditória. É a esta estrutura que os sujeitos devem se integrar e se adaptar.

Conforme Mézáros (2002, p. 212) em sociedades anteriores ao capitalismo, o sistema sociometabólico é desenvolvido através de mediações primárias, que tem por finalidade a preservação/manutenção da reprodução do indivíduo e da sociedade. “Isso significa assegurar e salvaguardar as condições objetivas de sua reprodução produtiva”. As mediações primárias são o eterno metabolismo entre a humanidade e a natureza.

Tais mediações são “[...] necessárias para todas as formas viáveis de reprodução social [...] e não implicam o estabelecimento de *hierarquias estruturais* de dominação e subordinação como a estrutura necessária da reprodução sociometabólica” (MÉSZÁROS, 2009, p. 192).

Porém, nas sociedades capitalistas, tais mediações são profundamente transformadas, tendo em vista a necessidade de subordinação de todas as relações sociais à lógica de acumulação de capital. Portanto, ainda de acordo com Mézáros (2009, p. 193) emergem as mediações de segunda ordem⁷, que tem por pressuposto a adequação de todas as formas de reprodução às necessidades de expansão e de alienação do sistema sociometabólico do capital.

As mediações materiais contraditórias, das quais o sistema do capital é constituído, entretanto, não foram todas produzidas em seu bojo. Algumas delas são existentes anteriormente à ordem capitalista, mas no momento em que esta ordem se tornou

⁶ “O que diferencia as várias formações econômicas da sociedade, por exemplo, a sociedade da escravatura daquela do trabalho assalariado, é apenas a forma pela qual esse mais-trabalho é extraído do produtor imediato, do trabalhador” (MARX, 2013, p. 293). No capitalismo, esta apropriação do excedente é caracterizada sob forma do mais-valor relativo, que “[...] deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho [trabalho necessário e trabalho excedente]” (*ibid.* p. 390).

⁷ As mediações de segunda ordem - mediações secundárias, para Lukács (2013), são inerentes a complexificação das relações sociais, quer dizer que no socialismo estas mediações também existem/existirão. Elas são o movimento do real, a questão é que nessa complexificação estes pores teleológicos secundários que geram e são mediações e que influem nos grupos ou pessoas a fazerem as intencionalidades desses que “exploram”, no caso desta sociabilidade estão orientadas, manipuladas e fetichizadas para que o “outro” não seja sujeito de decisão, senão objeto de manipulação.



hegemônica, tais mediações vieram a constituir seus componentes fundamentais como, por exemplo, as relações sociais de sexo e a divisão hierárquica do trabalho⁸ - que antecedem historicamente a forma capital sendo, entretanto, radicalizadas por este -, assim como as formas de dominação historicamente precedentes ao capitalismo, aí incluídas a dominação dos homens sobre as mulheres, expressa pela ordem patriarcal.

De acordo com Iasi (2014, p. 126),

[...] entender o caráter de nossa atual sociedade como patriarcado capitalista, ou seja, que embora incorpore a necessária diferenciação entre dominação e opressão patriarcal e dominação e exploração de classes sob o capitalismo, concebeu não uma polarização mecânica, senão que uma interação dialética onde a exploração de classe pode e, na realidade, se dá por mediações em que uma delas, uma das fundamentais, é a opressão sobre a mulher, hierarquização de poder e funções segundo o sexo.

A organização capitalista tem, portanto, como uma das formas de sua sustentação, a hierarquização das relações sociais segundo o sexo. Ou seja, caracteres naturais, como o sexo, são elaborados sócio-culturalmente e tomados de maneira desigual operando como fator de discriminação e hierarquização social. Mas a elaboração destes fatores se dá, pois, tendo como base fundante a determinação predominante posta pela ordem capitalista, que tem nas relações de produção, mediatizadas pelo trabalho, seu momento privilegiado. Segundo Saffioti (2013, p. 60)

Sendo o trabalho o momento privilegiado da práxis por sintetizar as relações dos homens com a natureza e dos homens entre si, constitui a via por excelência através da qual se proceder ao desvendamento da verdadeira posição que as categorias históricas ocupam na totalidade dialética *sociedade capitalista* e das relações que elas mantêm entre si e com o todo social. Mesmo que, aparentemente, determinado contingente populacional seja marginalizado das relações de produção em virtude de sua raça ou de seu sexo, há que se buscar nas primeiras (relações de produção) a explicação da seleção de caracteres raciais e de sexo para operarem como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada. [...] até o presente nenhuma sociedade de classes extirpou definitivamente esta elaboração social de fatores naturais, [...] pode-se pensar na manutenção desses caracteres não passíveis de mudança, que passariam a responder pelas necessidades do sistema de produção de bens e serviços de modo cada vez oneroso [...]. A perpetuar-se essa tendência, o sexo operaria como fator de discriminação social enquanto perdurasse o modo de produção baseado na apropriação privada dos meios de produção.

Daí a importância de conhecer os mecanismos que garantem a superioridade dos homens em relação às mulheres a partir da lógica de acumulação do capital que vai além de fatores culturais que, em tese, poderiam ser desconstruídos sem alteração radical da ordem

⁸ Mediação particular que adquire novas determinações (coaduna com as demais) e compõe a especificidade do complexo do trabalho como processo acumulativo e expansivo de exploração do capital excedente.



sobre a qual tais fatores se sustentam e reproduzem, ou, melhor dito, da ordem em que tais fatores são construídos, sustentam e representam.

A opressão é fruto de uma relação social estabelecida, na família onde ocorre sua mediação concreta e mais determinante, e em todo o tecido social. Nesse sentido não se supera a condição de opressor decidindo não sê-lo (IASI, 2014, p. 136).

Mészáros (2002) afirma que dentro da ordem capitalista é possível a construção de alguns relacionamentos igualitários entre homens e mulheres, mas que estes não passam de casos isolados dentro do hegemonicamente posto nas relações sociais entre os sexos. Assim, os microcosmos que constroem as relações sociais – neste caso, especificamente a família patriarcal - estabelecem uma relação dialética com o macrocosmo, ou seja, com o quadro de controle sociometabólico capitalista, sendo este o momento predominante - *übergreifendes Moment* – da relação. Ou seja, as mais singulares relações são atravessadas pela determinação predominante do sistema de valores do controle metabólico do capital.

O menor de todos os “microcosmos” da reprodução deve sempre proporcionar sua participação no exercício global das funções sociometabólicas, que não incluem apenas a reprodução biológica da espécie e a transmissão ordenada da propriedade de uma geração à outra. Nesse aspecto, não é menos importante seu papel essencial na reprodução do sistema de valores da ordem estabelecida da reprodução social, totalmente oposto - como não poderia deixar de ser - ao princípio da verdadeira igualdade (MÉSZÁROS, 2002, p. 270).

Por isso a necessidade de ir para além das análises que consideram apenas a reprodução das relações desiguais e hierárquicas entre os sujeitos em suas relações mais individuais, tendo em vista que, como visto anteriormente, essas relações são engendradas e sustentam o quadro de controle do capitalismo. Portanto, as análises devem ir além da aparência imediata da construção dessas relações e considerar o modo de produção e reprodução social da vida bajo tais relações são necessárias.

Mirla Cisne (2012, p. 129), ao analisar a organização desta relação afirma, sustentada em Mészáros, que “[...] a desigualdade entre homens e mulheres não deixará de existir, seja no macrocosmo, seja no microcosmo, caso não se desafie diretamente o capital, uma vez que esse impõe a desigualdade em todas as esferas sociais”. Dessa forma, as relações sociais são construídas na e pela base material de produção e reprodução da vida, necessariamente desigual e hierarquizante, do modo de produção capitalista que, por seu turno, assimila caracteres naturais – como o sexo – dos seres sociais, como marcas de desigualdade. Esta organização constitui as relações sociais de sexo⁹.

⁹ “No francês existem duas palavras para uma única tradução no português: relações. *Rapport* designa relações mais amplas, estruturais, enquanto *relations*, diz respeito às relações mais pessoais, individuais, cotidianas. O



Ainda, de forma mais esclarecedora, Falquet (2012, p. 138, tradução nossa) indica que:

As relações sociais se estabelecem num nível microssocial, são relações interindividuais. Elas são relativamente fáceis de modificar, mesmo individualmente. As *rappports* sociais estão em um nível macrossocial, estrutural. Elas se articulam entre grupos e só podem ser percebidas ou transformadas indiretamente, coletivamente¹⁰.

Ou seja, quando falamos de relações [*rappports*] sociais de sexo, a compreensão que se coloca é que tais relações constituem o sistema societário e devem, destarte, ser consideradas e analisadas para almejar-se a possibilidade de uma real transformação das relações sociais postas e do sistema societário que as (re)produzem.

O conceito de *rappports* sociais, [...] permite pensar ao mesmo tempo a sociedade, os indivíduos e as classes. As *rappports* sociais podem efetivamente ser vistas como tensões dinâmicas, sem cessar em recomposição, que constroem oposições e polarizações no campo social com mais ou menos força segundo o lugar em que se encontra a *rappport* de origem dessas tensões. Nesse sentido, elas permitem compreender melhor a posição relativa de diferentes sujeitos sociais submissos, simultaneamente, a várias dessas relações de força, que se exercem sobre diferentes planos, permitindo uma visão multidimensional e histórica das coisas¹¹ (FALQUET, 2012, p. 13, tradução nossa).

Dessa forma, quando apresentarmos separadamente classe social, sexo e raça/etnia, estes serão apresentados sempre no sentido de relações [*rappports*] sociais colocado acima, tendo em vista que são esferas do tensionamento que constrói a relação social capitalista. De outro lado, tais relações conformam um sistema – classe/sexo/raça-etnia – que caracteriza o atual modelo societário. Nas palavras de Saffioti (2004), formam o nó/sistema patriarcado-racismo-capitalismo.

O sentido posto de relações sociais aqui está ancorado, portanto, na compreensão de que as relações sociais construídas pelos diferentes sujeitos tem uma base material – já

conceito de *rappports sociaux de sexe* é diretamente fundamentado no de relações sociais de classe. Uma relação [*rappport*] social está vinculada aos conflitos e tensões entre grupos sociais com interesses antagônicos. Portanto, atravessa todo o tecido do campo social e dos fenômenos daí decorrentes” (CISNE, 2014, p. 62).

¹⁰ “Les relations sociales relèvent d’un niveau micro-social, celui des relations inter-individuelles. Elles sont relativement faciles à modifier, même individuellement. Les rapports sociaux, eux, ressortent d’un niveau macrossocial, structurel. Ils se jouent entre groupes et ne peuvent être perçus ou transformés qu’indirectement, collectivement”.

¹¹ “Le concept de rapports sociaux en revanche, que je développe au chapitre 5, permet de penser à la fois la société, les individus et les classes. Les rapports sociaux peuvent en effet être vus comme des tensions dynamiques, sans cesse en recombinaison, qui construisent des oppositions et polarisent le champ social avec plus ou moins de force selon le point où l’on se trouve par rapport à l’origine de ces tensions. En ce sens, ils permettent aussi bien mieux de comprendre la position relative des différents sujets sociaux soumis simultanément à plusieurs de ces rapports de force, qui s’exercent sur différents plans, autorisant une vision multidimensionnelle et historique des choses”



indicada anteriormente -e se constituem por relações antagônicas, posto que esta base material, dada pelo trabalho no modo de produção capitalista é intrinsecamente antagônica. Nesta compreensão, Devreux (2005, p. 566) perquire um caminho teórico que permite “[...] apreender as relações sociais de sexo na complementaridade do funcionamento social – e apesar dessa complexidade -, particularmente apesar da dificuldade que representa a articulação das relações sociais de sexo com as relações [sociais] de classe, de raça ou de idade”.

Para tanto, ao conceitualizar a categoria relações sociais de sexo, a autora indica a existência de duas frentes enoveladas: as atividades das relações sociais de sexo e as suas propriedades formais. As primeiras são expressas pela divisão sexual do trabalho, divisão sexual do poder e pela categorização do sexo. Já as propriedades formais das relações sociais de sexo permitem, por seu turno, compreender o funcionamento específico destas e apreender sua forma de construção na sociedade capitalista.

Quanto à proposta de análise acima apresentada, acreditamos que é um caminho interessante para a compressão das diversas formas de materialização das contraditórias relações sociais de sexo, entretanto, tanto as atividades como as propriedades formais das relações sociais de sexo possuem um fundo comum sobre o qual se sustenta, expresso, no limite, pela divisão sexual do trabalho. Especificamente entendemos que o antagonismo, ou seja, a oposição indissolúvel somente ocorre entre as classes, sendo estas atravessadas, em sua composição, pelas dimensões de relações desiguais também produzidas e construídas sobre os caracteres naturais de sexo (e de raça/etnia).

Concordamos com Devreux (2005, p. 562), que afirma que a relação entre homens e mulheres constitui uma relação social, portanto, conforme exposto acima, uma relação social de sexo. Dessa forma, não se fará recurso ao conceito de gênero, ainda que este seja mais frequentemente utilizado, principalmente, nas discussões teóricas que pretendem analisar a desigualdade entre homens e mulheres. De acordo com a autora, “o gênero diz mais das categorias, da categorização do sexo que [...] é resultado da relação, uma das modalidades pelas quais a relação social entre os sexos se exprime, mas não toda a relação”.

Entendemos que a categoria de relações [rapports] sociais de sexo, além de nomear explicitamente os sujeitos que constituem esta relação desigual, não abstrai o antagonismo de classes e a centralidade do trabalho dos estudos feministas (CISNE, 2014). A utilização do conceito de gênero, por seu turno é, muitas vezes “[...] destituída da noção de hierarquia entre os sexos e outras desigualdades estruturantes, como as de classe, inaugurando um outro contexto ou mesmo uma nova conotação teórico-política para o feminismo” (CISNE, 2014, p. 63). Tal conotação pode ser tendencialmente bem menos confrontante e mais



institucionalizada, como podemos observar em diversas formas de militâncias feministas, principalmente a partir dos anos 90 no Brasil.

Reconhecemos, entretanto, os diversos avanços conquistados pelas militantes e estudiosas que construíram e constroem suas produções sustentadas pelo conceito de gênero, porém, entendemos que este além de ser resultado da relação social de sexo, tira o foco do antagonismo de classes que, no limite, constituem o sistema de reprodução sociometabólico do capital e atravessa a conformação de todas as relações desiguais e hierárquicas dele decorrentes.

Conforme aponta Saffioti (2004), o Gênero é uma categoria ontológica, constitutiva do ser social¹², que comporta as relações humanas em suas mais diversas conformações, não aponta explicitamente as relações desiguais entre homens e mulheres.

Nesse mesmo caminho, Saffioti (2009, p. 1), faz a seguinte afirmação: “A título de ilustração, pode-se tomar a afirmação de que o gênero é socialmente construído. Todavia, nem mesmo sobre isto o acordo é tão profundo. O gênero é socialmente construído, desde que se considere o substrato material – O CORPO – sobre o qual ele atua”. De certo modo, pode-se dizer que a elaboração social do sexo indica o fato concreto de que nossa sociabilidade se constrói tendo como pressuposto que somos machos ou não-machos. O mesmo pode se dizer da elaboração social da raça/etnia, a ideia do branco constrói-se em relação ao não branco. Logo, nomear explicitamente os sujeitos da relação tira da sombra a brutalidade e a superioridade que tal categorização imprime na trama social e também coloca homens e mulheres como construtores e construídos por essa relação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Assim, as relações e lugares de homens e mulheres são, antes de produtos de um destino biológico, construções sociais, históricas e econômicas. Homens e mulheres conformam grupos sociais situados numa relação específica: as relações sociais de sexo. Estas, por sua vez, tem uma base material dada pelo trabalho, expressando-se pela divisão social do trabalho entre os sexos, ou, melhor apresentado, pela divisão sexual do trabalho

¹² De acordo com Lukács (2013, p. 201), “O ser social só existe na sua ininterrupta reprodução, a sua substância enquanto ser está sempre em transformação e consiste precisamente nisso: a mudança incessante no curso da reprodução produz continuamente os traços substanciais específicos do ser social, numa escala quantitativa e qualitativa cada vez mais ampla. Como surgiu da natureza orgânica, o ser social conserva, por força das coisas, os traços ontológicos permanentes da sua origem. Este elo entre as duas esferas - continuamente negado e continuamente reconstituído mediante transformações no processo real da reprodução - é não só a inevitável premissa do ser social, mas também um polo do processo reprodutivo cujo outro polo é constituído pela totalidade da própria sociedade”.



(KERGOAT, 2000). “É a divisão sexual do trabalho, e a sua lógica de exploração do trabalho de um grupo por outro, que cria duas (e apenas duas) classes sociais de sexos chamados mulheres e homens, não a presença de ovários ou espermatozoides no corpo” (FALQUET, 2014, p. 250).

De acordo com Nogueira (2014, p. 23),

A divisão social e sexual do trabalho já se encontra presente nos séculos que antecedem à Era Cristã. Tanto a mulher livre quanto a mulher escrava tinham o seu espaço de trabalho pertencente à esfera doméstica, cujos campos incluíam a alimentação e a higiene de homens e crianças [...] [mas] as relações sociais capitalistas legitimaram uma relação de subordinação das mulheres em relação aos homens, imprimindo uma conotação considerada “natural” à mulher, dada pela subordinação. Em verdade, apesar de a luta feminina visar à redução da desigualdade existente na divisão sexual do trabalho, tanto no espaço produtivo quanto no reprodutivo, no transcorrer dos anos a lógica hegemônica para manter a estrutura da família patriarcal, reservando às mulheres as responsabilidades domésticas contribui para a persistência da desigualdade na divisão sexual do trabalho ainda no início do século 21.

As relações sociais¹³, situadas no modo de produção capitalista, são atravessadas pela desigualdade estrutural deste, sendo expressas na divisão sexual do trabalho que “[...] não apresenta nenhuma neutralidade: trabalho feminino e trabalho masculino são categorias importantes não em função da natureza técnica das suas atividades, mas em função das relações de poder e dos interesses que os encobrem” (NOGUEIRA, 2014, p. 25).

Dessa forma, pensar a divisão sexual do trabalho é imprescindível, na medida em que, a construção social de homens e mulheres se dá tendo em vista as relações que se conformam a partir desta. Especificamente no que se refere à construção social de homens, do masculino, passa pelo entendimento de sua conformação enquanto categoria social que, hegemonicamente, domina-explora. Nesse sentido, assume uma posição hierárquica e superior que serve à manutenção das desigualdades estabelecidas nas relações sociais, na e pela divisão sexual do trabalho, produzidas pelo atual modo de produção.

Portanto, a necessidade de se tratar a manutenção/vigência da posição vantajosa masculina no contexto social se dá tendo em vista os interesses objetivos que reforçam e garantem esta posição, ou seja, a reprodução sociometabólica da ordem do capital. Esta reprodução constrói uma identidade masculina que deve, necessariamente, também ser questionada e atacada, caso queira-se pensar no processo de emancipação humana.

¹³ [...] quando enfocamos as relações sociais, no sentido da interação entre os seres, na intencionalidade do convencimento contemplando as diversas dimensões, como se explicita na arte, na política, na religião, na ética, etc., considerando-as como sendo uma posição teleológica secundária [...] [que] configura a existência de uma outra posição teleológica que decorre e transcende a posição teleológica originária própria da esfera do trabalho (NOGUEIRA, 2014, p. 125).



Nas palavras de Iasi (2014, p.130),

A libertação da mulher atinge o homem não somente na perda inevitável de seus privilégios objetivos como também, e principalmente eu diria, na sua identidade masculina, e isto não apenas nos campos dos valores ideológicos [...], mas no campo da identidade psicológica, na estruturação de sua personalidade.

Ao se tratar, portanto, da formação social de sujeitos sociais, deve-se considerar a construção das personalidades dos sujeitos, que se dão, por suposto, a partir do contexto materialmente dado no qual elas são produzidas. Mézáros (2002), falando da libertação das mulheres, afirma que não se pode pensá-la sem que se trate das transformações materiais correspondentes a ela, evidenciando que a libertação das mulheres, no capitalismo, não acontece plenamente devido às determinações materiais da (re)produção do capital, que estabelecem uma organização social desigual e hierárquica, em consonância com o princípio antagonista que estrutura a sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

- STORNI, Alfonsina. **Antología Poética**. Buenos Aires: Losada, 2010.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 2. v.
- CISNE, Miria. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- _____. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.
- DEVREUX, Anne-Marie. A Teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-584, set/dez., 2005.
- GEHLEN, Vitoria; GEHLEN, Lara Mileti. Política Social, Gênero e Saúde. In: **IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Goiania: CFESS/ABEPSS, 1998.
- MARX, KARL. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MÉSZÁROS, ISTVAN. **Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método**. São paulo: boitempo, 2009.
- _____. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- MATHIEU, Nicole-Claude. **L'Anatomie politique: catégorisations et idéologies du sexe**. Paris: Côté-femmes, 1991.
- LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- IASI, Mauro. **As Ruas: poemas e reflexões pedestres**. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr. 2014.
- FALQUET, Jules. **Les Mouvements Sociaux dans la Mondialisation Néolibérale: imbrication des rapports sociaux et classe des femmes (Amérique Latine-Caraïbes-France)**. Habilitation à diriger des recherches. Paris: Université de Paris 8, 2012. (Mimeo).
- KERGOAT, Danièle. **Division sexuelle du travail et rapports sociaux de sexe**. In: HIRATA, H.; LABORIT, F.; LE DOARÉ, H.; D. SENOTIER, D. (Org.). **Dictionnaire critique du féminisme**. Paris: PUF, 2000.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O Trabalho Duplicado - A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.



II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis – 23 a 25 de outubro de 2017
